

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA


SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

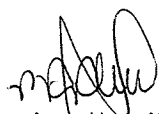
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2.020 e 2.019

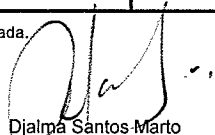
ATIVO	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		13.399.637,24	12.973.514,75
Disponível	4	339.656,94	1.204.817,42
Realizável		13.059.980,30	11.768.697,33
Aplicações Financeiras	5	4.456.226,60	3.976.513,59
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		1.248.507,43	1.221.204,22
Aplicações Livres		3.207.719,17	2.755.309,37
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.734.096,30	1.534.054,00
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.689.696,48	1.534.054,00
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde		44.399,82	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	4.591.102,52	5.028.180,63
Bens e Títulos a Receber	8	2.278.554,88	1.229.949,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		44.455.139,13	43.822.160,23
Realizável a Longo Prazo		411.400,06	443.175,26
Títulos e Créditos a Receber	9	411.400,06	443.175,26
Imobilizado	10	44.043.739,07	43.378.984,97
Imóveis de Uso Próprio		29.809.379,80	29.638.981,84
Imóveis - Hospitalares		29.809.379,80	29.638.981,84
Imobilizado de Uso Próprio		14.234.359,27	13.740.003,13
Imobilizado - Hospitalares		13.266.200,75	12.345.332,79
Imobilizado - Não Hospitalares		968.158,52	1.394.670,34
TOTAL DO ATIVO		57.854.776,37	56.795.674,98

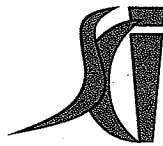
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020, conforme documentação apresentada.


Augusto Rios Carneiro
Provedor
CPF: 132.063.978-04


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT - CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01


Djalma Santos Marto
Tesoureiro
CPF: 241.220.258-34



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2.020 e 2.019

PASSIVO	Nota	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		14.480.590,99	17.463.290,92
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.799.263,78	1.676.631,57
Provisões de Prêmios / Contraprestações		1.096.906,83	1.032.499,39
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	11 (a)	1.096.906,83	1.032.499,39
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		142.277,22	126.041,05
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	12	290.440,44	273.151,50
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	11 (b)	269.639,29	244.939,63
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		302.816,01	280.732,98
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		302.816,01	280.732,98
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	13	1.971.662,18	2.556.973,98
Provisões		-	-
Provisões para Ações Judiciais		-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14.1	1.035.557,70	1.068.351,12
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	3.572.999,86	5.568.252,77
Débitos Diversos		5.798.291,46	6.312.348,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		27.473.060,06	21.529.065,06
Provisões	17	1.251.914,10	932.000,00
Provisões para Ações Judiciais		1.251.914,10	932.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	13.813.408,33	6.356.421,45
Débitos Diversos		12.407.737,63	14.240.643,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.901.125,30	17.803.319,00
Patrimônio Social	26	17.803.319,00	17.703.368,87
Superávits / Déficits do Exercício	26	1.902.193,70	99.950,13
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.854.776,35	56.795.674,98

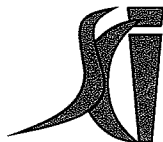
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020, conforme documentação apresentada.

Augusto Rios Carneiro
Provedor
CPF: 132.063.978-04

Djalma Santos Marfo
Tesoureiro
CPF: 241.220.258-34

Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT - CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01




SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA


SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

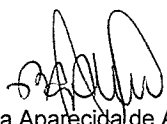
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 2.020 e 2.019

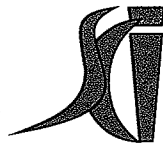
	Nota	2020	2019
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		11.327.134,75	10.861.145,63
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		11.327.134,75	10.861.145,63
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		11.327.134,75	10.861.145,63
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	-	6.119.773,61	6.589.620,15
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	6.095.073,95	6.568.530,66
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	-	24.699,66	21.089,49
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		5.207.361,14	4.271.525,48
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		470,00	715,00
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		74.283.678,24	72.023.526,22
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		34.886.040,91	29.516.335,85
Outras Receitas de Prestação de Serviços		25.961.506,54	29.730.836,48
Outras Receitas Operacionais		13.436.130,79	12.776.353,89
INSS - PIS Isenção usufruída Cota patronal	23	7.951.603,93	8.344.386,34
INSS - PIS Isenção usufruída Cota patronal	23	7.951.603,93	8.344.386,34
Trabalho voluntário	31	199.787,52	194.995,20
Trabalho voluntário	31	199.787,52	194.995,20
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência a Saúde			
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	-	2.733,95	787.910,10
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	-	-	3.189,00
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	2.733,95	791.099,10
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	-	78.313.026,96	74.463.389,34
RESULTADO BRUTO		1.175.748,47	2.620.287,46
Despesas Administrativas	-	1.438.948,98	1.451.353,69
Resultado Financeiro Líquido	-	1.638.993,19	1.068.983,64
Receitas Financeiras	-	257.848,00	399.855,55
Despesas Financeiras	-	1.896.841,19	1.468.839,19
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	-	1.902.193,70	99.950,13
RESULTADO LÍQUIDO	26	1.902.193,70	99.950,13

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Augusto Rios Carneiro
Provedor
CPF: 132.063.978-04


Djalma Santos Marto
Tesoureiro
CPF: 241.220.258-34


Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
CT - CRC - 1SP- 204.905/O-3
CPF: 139.077.998-01



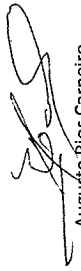
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA

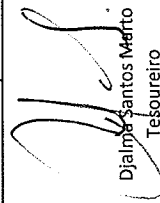
SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA
CNPJ Nº 49.797.293/0001-79

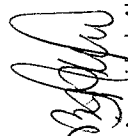
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020 e 2.019

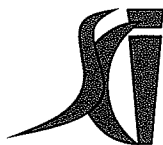
	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31.12.18	10.697.655,46	7.005.713,41	17.703.368,87
Déficit do Exercício de 2018 incorporado ao Patrimônio Social	7.005.713,41	7.005.713,41	-
Superávit do Exercício de 2018	-	99.950,13	-
SALDO EM 31.12.19	17.703.368,87	99.950,13	17.803.319,00
Superávit do Exercício de 2019, incorporado ao Patrimônio Social	99.950,13	99.950,13	-
Superávit do Exercício de 2020	-	1.902.193,70	1.902.193,70
SALDO EM 31.12.20	17.803.319,00	1.902.193,70	15.901.125,30

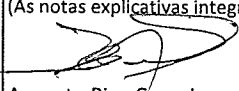


(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

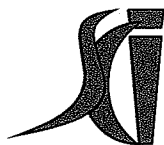

 Augusto Rios Carneiro
 Provedor
 CPF: 132.063.978-04


 Djalma Santos Marito
 Tesoureiro
 CPF: 241.220.258-34


 Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho
 CT - CRC - 1SP- 204.905/O-3
 CPF: 139.077.998-01

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA****SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPEVA****CNPJ Nº 49.797.293/0001-79****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020 e 2.019**

	2020	2019
Recebimentos de Plano Saúde (+)	12.075.395,45	12.342.025,07
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	7.984.645,67	5.147.941,21
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	108.782,69	239.557,97
Outros Recebimentos Operacionais (+)	68.753.405,29	67.265.008,00
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	13.998.710,66	11.017.473,17
Pagamentos de Pessoal (-)	25.042.913,67	26.284.406,22
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	28.126.238,60	28.910.953,73
Pagamentos de Tributos (-)	6.185.101,12	1.340.280,81
Pagamentos de Contingências (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	496.803,91	724.337,70
Pagamentos de Aluguel (-)	11.223,29	19.794,27
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	26.764,68	25.738,35
Aplicações Financeiras (-)	9.584.849,10	5.114.129,87
Outros Pagamentos Operacionais (-)	2.168.172,44	9.349.945,77
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.281.451,63	2.207.472,36
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	3.621.691,87	1.859.348,32
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	289.869,48	1.422.162,11
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 3.911.561,35	- 3.281.510,43
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	3.800.000,00	2.500.000,00
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	4.035.050,76	3.793.523,89
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	- 235.050,76	- 1.293.523,89
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 865.160,48	- 2.367.561,96
CAIXA - Saldo Inicial	1.204.817,42	3.572.379,38
CAIXA - Saldo Final	339.656,94	1.204.817,42
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		
 Augusto Rios Carneiro Provedor CPF: 132.063.978-04	 Djalma Santos Marto Tesoureiro CPF: 241.220.258-34	
 Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho CF - CRC - 1SP 204905/O-3 CPF: 139.077.998-01		



Santa Casa de Misericórdia de Itapeva

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Itapeva (SP), é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar. Em 2009, alterou seu Estatuto Social, transformando-se em uma Organização Social de Saúde.

Em 2009, a Entidade firmou Contrato de Gestão com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Estado de Saúde com a finalidade de administrar o Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapeva, para qual foi constituída uma filial.

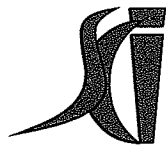
Por ocasião do vencimento do Contrato de Gestão e com o interesse na continuação da gestão do AME que se dá através de processo de licitação foi apresentada proposta pela OSS Santa Casa de Misericórdia de Itapeva; que tomou conhecimento através de publicação no Diário Oficial em 15/01/2020 da decisão da Secretaria de Estado de Saúde, declarando a OSS Santa Casa de Andradina como nova gestora do AME Itapeva pelo período de cinco anos. Alegou a Secretaria que a proposta apresentada por Andradina foi economicamente mais vantajosa em comparação a desta Organização Social.

Importante destacar que desde o início do funcionamento AME Itapeva, completando em março de 2020 dez anos de existência, a Santa Casa de Itapeva foi sempre a sua gestora. Nesse período obteve excelentes índices de aprovação nas pesquisas feitas com os usuários dos quinze municípios desta região, podendo, assim, concluir que a gestão foi exitosa, cumprindo com os reais compromissos de sua assistência.

As demonstrações contábeis do AME foram encerradas em 30 de Junho de 2020, publicadas no Diário Oficial do Estado no dia 07 de Agosto de 2020.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 inclusive com suas posteriores alterações pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, que procedeu alteração nas práticas contábeis adotadas no Brasil, além de observar demais disposições



complementares da Agência Nacional de Saúde (ANS), a fim de atender o plano de contas padrão instituído pela mesma, e estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapeva passou a operar em agosto/2010 e finalizou as operações em Fevereiro de 2020, as demonstrações durante este período foram consolidadas.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas no item 2.1 acima. A elaboração das demonstrações contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas são apropriadas pelo regime de competência.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e as contingências apontadas pelos assessores jurídicos.

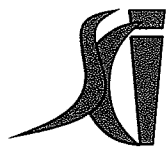
3 Resumo Das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente e a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Disponibilidades

Composto de caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 Aplicações Financeiras – Ativos Garantidores



Atendendo as determinações da Agencia Nacional de Saúde (ANS) RN 392/15, a Entidade mantém aplicação financeira em instituições bancárias conveniadas à ANS; os respectivos valores estão vinculados e registrados como ativos garantidores das provisões técnicas e do excedente da dependência operacional, sendo que, estes recursos só podem ser utilizados com prévia autorização da ANS.

3.3 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Representam os valores provenientes de direitos a receber referente aos Planos de Saúde comercializados pela Entidade, deduzindo a provisão para perdas sobre os créditos, conforme instrução da ANS.

A entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos de Contraprestação Pecuniária a Receber, considerando:

I – o montante dos créditos do cliente, cuja inadimplência, supere 60 (sessenta) dias da data de vencimento, nos casos que correspondam a operações com planos individuais de assistência à saúde com preços pré-estabelecidos;

II – o montante dos créditos do cliente, cuja inadimplência, supere 90 (noventa) dias da data de vencimento, nos demais casos que correspondam a operações de planos de assistência à saúde;

3.4 Créditos de Operações de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), outros convênios e pacientes particulares.

Em relação a Provisão para Perdas sobre Créditos referente aos Créditos de Operações de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde, que são referentes às atividades da Mantenedora e são provenientes de atendimento a Convênios e Particulares, foi contabilizada diretamente em conta de resultado.

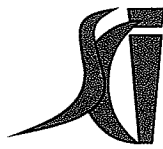
3.5 Bens e Títulos a Receber

(a) Estoque

Corresponde aos materiais alocados no almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição e que não excede o valor de mercado.

(b) Adiantamento

Refere-se a valores de adiantamentos realizados a funcionários e fornecedores.



3.6 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição, deduzida os respectivos encargos de depreciação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na conta "outras (despesas) receitas" na demonstração do resultado de cada exercício.

(b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

(c) Construções em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, aquisição de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos.

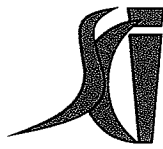
3.7 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos.

3.8 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- ✓ Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da entidade, e



- ✓ Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicáveis.

No caso do AME, por se tratar de Convênio firmado entre a Organização Social da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, a administração da Entidade entende que a diferença entre receitas e despesas reconhecidas no exercício corrente, não deve ser apresentado como resultado de um exercício.

Os valores apurados são transferidos para conta do passivo e representa uma obrigação da OSS junto ao Ente Público conveniado.

3.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

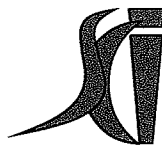
(a) **Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b) **Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

4 Disponível

Compreendem os valores de fundo de caixa, bem como numerários depositados em conta corrente em Instituições Financeiras, de disponibilidade imediata, conforme demonstra o quadro abaixo:

<i>Disponível</i>	2020	2019
<i>Caixa</i>	16.046,07	38.491,50
<i>Banco Conta Depósitos</i>	323.610,87	1.166.325,92
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	339.656,94	1.204.817,42



5 Aplicações Financeiras

Contemplam as Aplicações Financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas - ANS e as Aplicações não Vinculadas, conforme demonstra o quadro abaixo:

<i>Aplicações Financeiras</i>	2020	2019
<i>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas</i>	1.248.507,43	1.221.204,22
<i>Aplicações Livres</i>	3.207.719,17	2.755.309,37
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	4.456.226,60	3.976.513,59

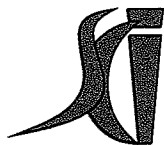
6 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Totalizam o montante das: Contraprestações Pecuniárias a receber das Empresas sob as modalidades Pré-Pagamento e Pessoas Físicas sob a modalidade de Pré-Pagamento, deduzidos das Provisões para Perdas sobre Créditos, conforme demonstra o quadro abaixo:

<u><i>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</i></u>	2020	2019
<i>Coletivo</i>	300.090,24	296.497,83
<i>Individual</i>	2.065.311,75	1.866.057,23
<i>(-) Provisão Coletivo</i>	-48.646,00	-46.980,92
<i>(-) Provisão Individual</i>	-582.659,71	-581.520,14
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	1.734.096,28	1.534.054,00

7 Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Representam os valores provenientes de mensalidades a receber do Plano de Saúde e direitos a receber pela contra-prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Convênios e Particulares.



Créditos de Operações N. Relac.com Planos de Assist a Saúde

	2020	2019
Créditos a Receber - Convênios	2.552.747,26	3.485.620,65
Créditos a Receber - SUS	2.541.512,69	2.029.704,49
Créditos a Receber - OPS	284.858,13	453.931,58
(-) Perdas Estimadas	-788.015,56	-941.076,09
	4.591.102,52	5.028.180,63

8 Bens e Títulos a Receber

O aumento relevante nos estoques deve-se ao combate a epidemia, o hospital teve como estratégia a compra de equipamentos de proteção individual, insumos estratégicos e medicamentos para assistência aos pacientes, com a finalidade de manter os estoques abastecidos e se precaver de possível escassez de insumos.

Bens e Títulos a Receber	2020	2019
Adiantamentos	29.501,07	13.439,59
Estoques	2.209.460,79	1.175.426,27
Outros Valores e Bens	17.652,44	32.746,67
Cheques a Receber	112.276,68	99.172,68
(-) Provisão Para Perdas Sobre Crédito	-90.336,10	-90.836,10
	2.278.554,88	1.229.949,11

**9 Títulos e Créditos a Receber**

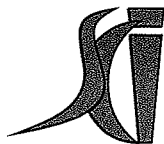
São depósitos determinados por ordem do juiz, é consequência da realização de atos processuais de penhora, representados pelos seguintes valores.

<u>Títulos e Créditos a Receber</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Depósito Judicial</i>	411.400,06	443.175,26
	<u>411.400,06</u>	<u>443.175,26</u>

10 Imobilizado

<u>Imobilizado</u>	<u>VI. Original 31/12/2019</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>VI. Original 31/12/2020</u>
Edificações	28.989.379	1.960.735		30.950.114
Terrenos	4.140.051			4.140.051
Maquinas e Equipamentos	22.062.393	3.379.964	1.260.090	24.182.267
Maq. e Equip. - AME	3.796.250		3.796.250	-
Moveis e Utensilios	2.544.534	69.509	10.920	2.603.123
Moveis e Utensil. - AME	637.620		637.620	-
Instalações	1.971.518	21.547		1.993.065
Instalações - AME	276.115		276.115	0
Constr em andamento	3.148.320	324.135	1.760.735	1.711.720
Total Imobilizado	67.566.180	5.755.890	7.741.729	65.580.341

<u>Depreciação Acumulada Imobilizado</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Deprec. Anual</u>	<u>Baixa Deprec.</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Tx. Média Depreciação</u>
Edificações	6.638.769	616.079	262.342	6.992.506	10%
Terrenos	-	-	-	-	
Maquinas e Equipamentos	11.829.779	1.751.644	1.209.652	12.371.772	10%
Maq. e Equip. - AME	3.034.751	58.630	3.093.381	-	10%
Moveis e Utensilios	1.494.377	188.074	8.950	1.673.501	10%
Moveis e Utensil. - AME	550.147	10.623	560.770	-	10%
Instalações	396.260	105.488	2.925	498.823	10%
Instalações - AME	243.112	4.602	247.714	-	10%
Total Depreciação Acum. Imobilizado	24.187.195	2.735.141	5.385.734	21.536.601	



Saldo Líquido do Imobilizado	31/12/2019	31/12/2020
Edificações	22.350.611	23.957.609
Terrenos	4.140.051	4.140.051
Maquinas e Equipamentos	10.232.613	11.810.495
Maq. e Equip. - AME	761.499	-
Moveis e Utensílios	1.050.157	929.622
Moveis e Utensil. - AME	87.473	-
Instalações	1.575.258	1.494.242
Instalações - AME	33.003	-
Constr em andamento	3.148.320	1.711.720
Total Líquido do Imobilizado	43.378.985	44.043.739

11 Provisões Técnicas

(a) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha – PPCNG

Corresponde ao total das Provisões de natureza Técnica conforme regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando à garantia das obrigações contratuais decorrentes dos contratos celebrados sob a modalidade pré-pagamento, conforme demonstrado pelo quadro deste item:

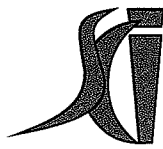
<u>Provisões Técnicas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Provisão de Contraprestação Não Ganha</i>	<i>1.096.906,83</i>	<i>1.032.499,39</i>
	1.096.906,83	1.032.499,39

(b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A Entidade, com base na RN 393 de 09/12/2015, elaborou metodologia própria para o cálculo e constituição, mensalmente, da provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, e, no final do exercício, apresentou um saldo de R\$ 269.639,29, conforme relatório emitido pelo Atuário.

12 Eventos a Liquidar de Operações de Assistência a Saúde

Correspondem a honorários médicos diversos por serviços prestados ao Plano de Saúde, que deverão ser pagos no exercício de 2021.



13 Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com o Plano de Saúde da Operadora

Correspondem a honorários médicos diversos por serviços prestados a Mantenedora, que deverão ser pagos no exercício de 2021

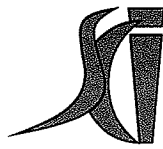
14 Provisões para Férias e Encargos

Registra os valores provenientes das férias e encargos proporcionalmente aos períodos aquisitivos dos funcionários.

14-1 Tributos e Encargos a Recolher

Registra os valores de tributos e encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários.

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2020	2019
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	R\$ 1.035.557,70	R\$ 1.068.351,12
Tributos e Contribuições	R\$ 551.964,03	R\$ 605.643,72
Contribuições Previdenciárias	R\$ 198.535,24	R\$ 208.766,00
FGTS à Recolher	R\$ 260.792,71	R\$ 277.315,01
Cofins e PIS/Pasep	R\$ 91.159,76	R\$ 117.687,74
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	R\$ 1.476,32	R\$ 1.874,97
Retenções de Impostos e Contribuições	R\$ 483.593,67	R\$ 462.707,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários	R\$ 421.506,22	R\$ 416.221,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - Terceiros	R\$ 33.313,61	R\$ 35.984,82
Imposto sobre Serviços Retidos na Fonte	R\$ 27.518,65	R\$ 3.105,70
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	R\$ 1.255,19	R\$ 7.395,17



15 Empréstimos

São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis a curto e a longo prazo e se encontram a valor presente.

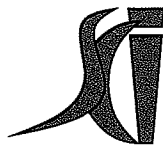
<u>Conta</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
BNDDES	1.417.814	3.190.082	4.607.896
Banco do Brasil - Funcionários	6.633	0	6.633
Banco do Brasil	556.098	3.243.902,55	3.800.000
Banco Santander	1.440.672	7.379.424	8.820.096
Caixa Econômica Federal – Funcionários	10.193	0	10.193
Santander - Funcionários	141.590	0	141.590
	3.573.000	13.813.408	17.386.408

16 Subvenções a Realizar

Fica registrado nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar no Passivo Circulante, o montante recebido a título de subvenções que ainda não foi utilizado.

As subvenções para Custeio e Investimento referem-se a valores já recebidos que, no entanto, ainda não foram gastos com a realização dos projetos para os quais foram solicitados.

PASSIVO CIRCULANTE	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subvenções a Realizar Custeio Santa Casa	889.686	318.771
Subvenções a Realizar Investimento - Santa Casa	17.637	17.831
	<u>907.323</u>	<u>336.602</u>



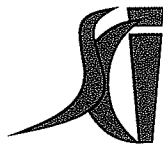
17 Provisão para Contingências

De acordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi constituída Provisão para Contingências Cíveis no valor de R\$ 1.251.914,10, montante estimado suficiente para cobrir eventuais resultados dos processos em andamento considerados de provável realização.

Ainda de acordo com a referida norma, os processos considerados de possível realização perfazem um montante de R\$ 136.000,00 e não necessitam serem provisionados, sendo necessária apenas a divulgação.

<u>Área</u>	<u>Valor</u>	<u>Probabilidade</u>
Trabalho Itapeva	15.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	30.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	20.000,00	Provável
Cível Itapeva	5.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	24.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	43.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	94.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	40.000,00	Provável
Trabalho Itapeva	70.000,00	Provável
Cível - Itapeva	747.414,10	Provável
Cível - Itapeva	23.000,00	Provável
Cível - Itapeva	140.500,00	Provável
Cível - Itapeva	30.000,00	Provável
	1.251.914,10	

Cível - Itapeva	6.000,00	Possível
Cível - Itapeva	20.000,00	Possível
Cível Itapeva	20.000,00	Possível
Cível Itapeva	10.000,00	Possível
Cível Itapeva	20.000,00	Possível
Cível Itapeva	10.000,00	Possível
Cível Itapeva	20.000,00	Possível
Cível Itapeva	10.000,00	Possível
Cível Itapeva	10.000,00	Possível
Cível Itapeva	10.000,00	Possível
	136.000,00	



18 Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado. No exercício de 2020 totalizou o valor de R\$ 1.077.205,64 de recursos para investimentos.

19 Receitas

As receitas são registradas mensalmente em obediência ao regime de Competência, são provenientes de mensalidades do Plano de Saúde, de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e de órgãos públicos com os quais a Entidade mantém convênio, sendo que a maior parte são receitas provenientes do SUS.

20 Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

21 Ressarcimento ao SUS

A ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar tem obrigação legal de cobrar dos planos privados de assistência à saúde o ressarcimento ao SUS, como consta do artigo 32 da Lei nº 9.656/98. De acordo com a lei, a utilização do Sistema Único de Saúde por beneficiários de planos privados deve ter seu valor restituído aos cofres públicos, desde que os atendimentos feitos constem, contratualmente, dos procedimentos cobertos pelos planos. Essa cobrança está sendo discutida judicialmente, pois a Entidade entende que não deve todos os valores.



22 Atendimento ao SUS

Demonstrativo de atendimento a pacientes SUS, apurado extracontabilmente, proveniente de órgãos públicos com os quais a Entidade mantém convênio, com observância ao disposto pelo Artigo 4º, Inciso III, da lei nº 12.101, de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e atendimentos ambulatoriais no exercício de 2020 foi de:

Atendimentos realizados - 2020			
Convênios	SUS	Não SUS	TOTAL
Paciente/dia	33.226	5.659	38.885
TOTAL	33.226	5.659	38.885
%	85,45%	14,55%	100,00%

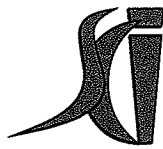
23 Isenções Usufruídas

De acordo com Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art 195 da Constituição Federal, pois atende ao disposto na Lei 12.101/2009 e no Decreto 7.300/2010.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros e também artigo 30 da Portaria MS 834/16, estão demonstrando a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2020, como se devidos fossem.

Cálculo dos Impostos

	2021	2020
Imposto de Renda (1,2% da Receita - 15% de 8% de presunção)	1.030.430	999.423
Contribuição Social (1,08% da Receita - 9% de 12% de presunção)	927.387	899.481
COFINS (3%)	2.576.074	2.498.557
INSS - PIS Cota Patronal	7.951.604	7.345.682
	<u>12.485.495</u>	<u>11.743.143</u>



24 Doações e Subvenções

As subvenções destinadas para custeio e investimento foram contabilizadas em conta específica no passivo e são apropriadas na conta de receitas conforme a execução do convênio para custeio e realização dos bens no convênio para investimento. As doações de pessoas físicas e jurídicas encontram-se adicionadas a outras receitas.

(a) – Pró Santa Casa, Sustentáveis e Convênio 1162/20

Convênio	Parcelas			Recebido em 2020	Reconhecido em 2020
	Valor TA	Totais	Recebidas		
Convênio 230/20	28.623.072,00	48	13	7.752.082,00	7.631.443,01
Convênio 253/20	6.048.000,00	48	12	1.512.000,00	1.510.759,77
Convênio 1162/20	500.000,00	1	1	500.000,00	500.190,65

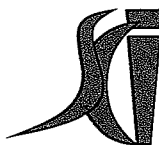
(b) – Doações

Doações Pessoas Físicas e Jurídicas	2020	2019
Anuidade de Irmãos	6.100	7.200
Pessoas Físicas	301.277	7.814
Pessoas Jurídicas	590.528	211.889
Total	897.905	226.903

(c) – Convênio Prefeitura Municipal de Itapeva

Termo de convênio celebrado entre o Município de Itapeva e Santa Casa, para execução de plano operativo de atenção à saúde Urgência/emergência, com o intuito de buscar o aperfeiçoamento das ações e serviços de saúde no município – Processo 5959/2016

<u>Doações e Subvenção</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas da Prefeitura Mun. Itapeva	6.166.669,80	6.680.558,95
	<u>6.166.669,80</u>	<u>6.680.558,95</u>



25 Receitas a Apropriar

Registra os valores recebidos de terceiros que serão apropriados na conta de receita, conforme sua competência.

26 Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

O Déficit do exercício de 2.020, no montante de R\$ 1.902.193,70, após a apreciação pela Assembléia Geral, será integrado ao Patrimônio Social da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva.

27 Eventos Indenizáveis Líquidos

A distribuição dos saldos de Eventos Médico Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas do 4º Trimestre está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01 de 01/11/2013

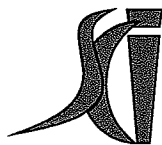
IFPL (FAMILIAR POS LEI)							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	57.565,91	88.767,35	266.748,79	941.636,94	762.582,76		2.117.301,75
Rede Contratada	183.304,62	565.341,91	202.837,50	496.489,12	873.218,01		2.321.191,16
Reembolso (Co-Participação)	-97.238,08	-141910,48	-1727	-27866,2			-268.741,76
Glosa							0,00
Total	143.632,45	512.198,78	467.859,29	1.410.259,86	1.635.800,77	0,00	4.169.751,15

28 Legislação Fiscal

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

29 Cobertura de Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e são resumidos da seguinte forma:



Riscos Cobertos	Cobertura R\$ Mil
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	24.000.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	100.000
Danos Elétricos	225.000
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármore	20.000
Equipamentos Estacionários	150.000
Anúncios Luminosos	20.000
Lucros Cessantes (Despesas Fixas), em decorrência de Incêndio, Raio, Explosão	1.000.000
Aluguel - Perda ou Pagamento, em decorrência de Danos materiais	1.500.000
Responsabilidade Civil Operações	400.000
Vazamento de Tanques e Tubulações	100.000

30 Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

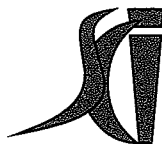
As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação em 02 de fevereiro de 2021.

31 Trabalho Voluntário

Atendendo à Resolução CFC nº 1409 de 21 de Setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos, que define o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa.

A mensuração dos trabalhos voluntários foi efetuada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais.

Cargo	Dia/ Seman a	Horas/ Dia	Dias/ Mês	Horas/ Mês	Mês/ Ano	Total/ Ano
Provedor	5	2	20	40	12	480
Vice Provedor	5	2	20	40	12	480
Tesoureiro	5	2	20	40	12	480
Conselho Administrativo	2	1	8	8	12	96
Total Exercício 2019				128		1536



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA

Cargo	Dia/ Semana	Horas/ Dia	Dias/ Mês	Horas/ Mês	Mês/ Ano	Total/ Ano
Provedor	5	2	20	40	12	480
Vice Provedor	5	2	20	40	12	480
Tesoureiro	5	2	20	40	12	480
Conselho Administrativo	2	1	8	8	12	96
Total Exercício 2020				128		1536

A Avaliação do Trabalho Voluntário, levando em conta os critérios acima comentados é demonstrada como segue:

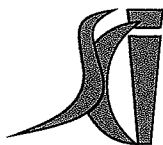
	2020			2019		
	Horas	Valor H	Valor	Horas	Valor H	Valor
Provedor	480	130,07	62.433,60	480	126,95	60.936,00
Vice Provedor	480	130,07	62.433,60	480	126,95	60.936,00
Tesoureiro	480	130,07	62.433,60	480	126,95	60.936,00
Pres. Conselho de Adm	96	130,07	12.486,72	96	126,95	12.187,20
Total	1536		199.787,52	1536		194.995,20

32 Prefeituras Pró Santa Casa II

O Programa PRO SANTA CASA, foi instituído pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 52.423, na data de 29 de novembro de 2007, publicado em Diário Oficial na data de 30 de novembro de 2007.

Destina recursos financeiros do Estado às instituições filantrópicas utilizando critérios de valores per capita com base na população de cada município. A Secretaria Estadual de Saúde responde por 70% e os municípios por 30%.

Tem por objetivo contribuir para o custeio dos serviços médico-hospitalares em nível regional, com enfoque no atendimento em Ortopedia, UTI Adulto e Neonatal integrando as redes de atenção à saúde.

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA**

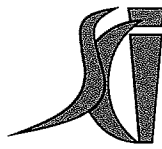
Prefeituras Pró Santa Casa II		Parcelas	
Convênio	Valor Parcela	Totais	Total Recebido
Prefeitura Municipal de Nova Campina	3.004,38	12	36.052,56
Prefeitura Municipal Bom Sucesso de Itararé	1.913,73	13	24.878,49
Prefeitura Municipal de Itaóca	420,63	12	5.047,56
Prefeitura Municipal de Itararé	5.488,71	23	126.240,33
Prefeitura Municipal de Taquarivai	2.495,73	12	29.948,76
Prefeitura Municipal de Itaberá	2.329,79	12	27.957,48
Prefeitura Municipal de Itapirapuã Paulista	562,5	12	6.750,00
Prefeitura Municipal de Ribeirão Branco	2.545,22	13	33.087,86
Prefeitura Municipal de Riversul	1.241,89	13	16.144,57
Prefeitura Municipal de Buri	2.301,81	12	27.621,72
Prefeitura Municipal de Guapiara	2.431,83	11	26.750,13
Prefeitura Municipal de Itapeva	32.845,25	12	394.143,00
Total			754.622,46

33 Covid – 19

No ano de 2020 os Hospitais privados tiveram significativa redução em seus faturamentos em decorrência da pandemia do Coronavírus, motivada em grande parte pelos cancelamentos de exames e cirurgias eletivas, impactando fortemente na redução das receitas.

A Santa Casa de Itapeva recebeu incrementos do Governo Federal e Municipal para o combate a Pandemia de Coronavírus, além de promover campanhas de doações para o seu enfrentamento.

CORONAVÍRUS	
GOVERNO FEDERAL	2.299.000,63
GOVERNO MUNICIPAL	2.420.113,70
CAMPANHAS DE DOAÇÕES	396.989,98
TOTAL	5.116.104,31



34 Regulamentação dos Planos de Assistência a Saúde.

A Entidade está adaptada a todas as regulamentações da A.N.S – Agência Nacional de Saúde Suplementar, entre as quais a RN Nº 435, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018 que trata do Plano de Contas Padrão RN Nº 392, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015 que dispõe aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e suas alterações posteriores.

Itapeva, 31 de dezembro de 2.020

Augusto Rios Carneiro

Provedor

CPF: 132.063.978-04

Djalma Santos Marro

Tesoureiro

CPF: 241.220.258-34

Joelma Aparecida de Almeida Barros Castilho

Contadora – CRC - 1SP- 204.905/O-3

CPF: 139.077.998-01

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Provedor da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPEVA

Itapeva – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Ênfase – Contrato de Gestão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa Nº 1 às demonstrações contábeis, onde cita que a Santa Casa de Misericórdia de Itapeva tomou conhecimento através da publicação no Diário Oficial em 15/01/2020, sobre a decisão da Secretaria de Estado de Saúde, declarando a OSS Santa Casa de Andradina como nova gestora do AME Itapeva pelo período de cinco anos, contado do mês de março de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

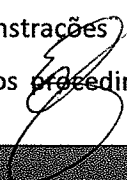
Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de



auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Bauru, 02 de fevereiro de 2021.

AZEVEDO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2-SP 036851 /0-2

Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6

**PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS
CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Santa Casa de Misericórdia de Itapeva

Itapeva /SP

1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, CNPJ 49.797.293/0001-79, Registro na ANS 34.574-1, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendidas por: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Parecer dos Auditores Independentes. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 435/18 e suas alterações.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP.

3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial do 1º trimestre de 2017. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2020 para a para a PEONA é de R\$ 269.639,29.

4- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro do valor da provisão técnica: Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA calculado e informado à Operadora.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2021.

BEATRIZ RESENDE Assinado de forma digital
RIOS DA por BEATRIZ RESENDE RIOS
MATA:0572602065 DA MATA:05726020650
0 Dados: 2021.02.10 17:04:58
-03'00'

Beatriz Resende Rios da Mata
MIBA 1.474
Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda.
CIBA 83